

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: INTERSECÇÕES E APLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Data de submissão: 05/02/2025

Data de aceite: 05/02/2025

Plácido Oliveira Mendes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5463391500618681>

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/6116223353042882>

aspectos e contextos da memória, onde a localização dos devidos quadros temporais possibilita a ativação de uma verdadeira rede de memórias, muitas vezes ignorada pelo próprio entrevistado. Dessa forma, constitui-se, a história oral, importante instrumento de combate ao esquecimento ou de justificação de determinados esquecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. História oral. Entrevista. Fonte oral. Memória coletiva.

RESUMO: O presente estudo objetiva situar a história oral enquanto instrumento metodológico de pesquisa e preservação da memória. Dotada de consistente conjunto de procedimentos particularmente técnicos, não deve ser confundida com outras formas de captação do pensamento humano. Seu processo consiste em provocar, no entrevistado, o esforço da recordação, onde a memória é externada através da linguagem, capturada pelas ferramentas tecnológicas e convertida à linguagem escrita e audiovisual, tornando-se documento histórico representativo de uma abordagem do passado feita no tempo presente. Cada uma das três categorias de história oral é capaz de evocar diferentes

ORAL HISTORY AND MEMORY: INTERSECTIONS AND CONTEMPORARY APPLICATIONS

ABSTRACT: This study aims to position oral history as a methodological tool for research and memory preservation. Equipped with a consistent set of particularly technical procedures, it should not be confused with other forms of capturing human thought. Its process consists of provoking, in the interviewee, the effort of recollection, where memory is externalized through language, captured by technological tools, and converted into written and audiovisual language, becoming a historical document representative of an approach to the past

made in the present time. Each of the three categories of oral history is capable of evoking different aspects and contexts of memory, where the location of the appropriate temporal frames enables the activation of a true network of memories, often ignored by the interviewee themselves. Thus, oral history becomes an important tool in the fight against forgetting or in the justification of certain forgettings.

KEYWORDS: Memory. Oral history. Interview. Oral source. Collective memory.

1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre a memória e seus infinitos subtemas pode render intensas discussões, sobretudo por seu caráter interdisciplinar: possivelmente, partindo-se do senso comum, o ângulo dos historiadores seja o mais lembrado por uns, em concorrência, talvez, com o ângulo da psicologia ou psiquiatria. Há, ainda, o ponto de vista da sociologia e da antropologia sendo, este grande leque, expansível e alcançável até mesmo por ciências “improváveis”, como as exatas e biológicas, o que se demonstra, por exemplo, pela natureza do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que aceita, em sua comunidade discente, graduados em qualquer área. Assim, forma-se, dentro de qualquer campo, pesquisadores da memória, ainda que, inevitavelmente, seja necessário recorrer aos grandes pensadores das ciências sociais. Um decisivo lugar-comum a muitos desses pesquisadores é o campo da história oral.

Relativamente recente (considerando-se o passar do “longo século XX” e ao cada vez mais próximo centenário da II Guerra Mundial), a prática da história oral já nasceu envolta em uma espessa nuvem de controvérsias, geralmente relacionadas à sua (não) confiabilidade e aos ainda insistentes apegos ao positivismo histórico, refletindo, também, interesses políticos e relações de poder: a história oral fora classificada por muitos como “*história vinda de baixo*”, “*história dos silenciados*”, “*dos que passaram por traumas*” e “*dos esquecidos/ignorados pela história oficial (ou macro-história)*”. A história oral documenta relatos que não necessariamente guardam fidelidade com a história factual verificável, consistentemente atingida pelo grupo de historiadores participantes da usualmente denominada Escola dos Annales¹.

Adentrando ao debate da memória, verifica-se semelhante carga de desconfiança, uma vez que esta, por caminhar num universo consideravelmente subjetivo, facilmente inspira negativas: quando se espera por dados concretos, verificáveis através de documentação usualmente considerada como confiável (certidões, registros em vídeo, testamentos, diários, etc.), a memória individual parece não inspirar credibilidade. O mesmo pode-se dizer sobre a memória “construída” com o objetivo de se tornar oficial, a exemplo da “memória nacional”, fruto de decisões entre poderosos para firmar ou enterrar

1 Peter Burke, em seu *A Escola dos Annales: 1929-1989*, atenta para o fato de o ilustre grupo de autores da revista francesa *Annales* não formar, propriamente, uma *escola*, mas que tal denominação acabou sendo adotada para delimitá-los de acordo com seus elementos em comum.

conceitos importantes no complexo jogo de poder, inspirando, ainda que silenciosamente, a desconfiança. Aqui temos, ainda, contato direto com outro conceito intimamente atrelado ao nosso objeto, o de *esquecimento*, tão complexo quanto amplo, passível das mais diversas abordagens.

Deve-se ter em mente, ao se abordar a memória e a história oral, a necessidade de uma mudança de foco em relação à busca do passado através da historiografia tradicional. Um dos fatores que, possivelmente, contribuam para tal desentendimento é o fato de, não raro, a história oral servir, por falta de documentação escrita, sobretudo em pesquisas relacionadas a contextos locais (*micro-história*), como substituta enquanto fonte, o que nem sempre é considerado suficientemente aceitável ou crível. São resquícios do positivismo historiográfico atuando contrariamente à descoberta e preservação de rica gama de informações, que deve ser tratada de forma específica: a memória, documentada através da história oral, não deve (exceto em situações de análise da mentalidade de uma época acerca de uma terceira) ser vista como fonte histórica *stricto sensu*, mas como uma retratação do passado realizada no presente, e de acordo com todo o contexto atual.

Após esta abordagem inicial, torna-se possível adentrar ao universo da(s) memória(s), que pode(m) significar uma representação mais fiel da verdadeira mentalidade humana e suas relações com o ambiente que os textos oficiais. O pesquisador cuidadoso saberá, em sua busca por informações acerca de determinado grupo em determinado local e tempo, utilizar-se, para alcançar seu objetivo, tanto das fontes documentais quanto da memória coletiva, tornada documento escrito através dos procedimentos metodológicos da história oral, abordados de forma mais detalhada nas páginas a seguir.

2 | A TÉCNICA DA HISTÓRIA ORAL

José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda, em seu pequeno manual sobre história oral, tratam, logo de início, de diferenciar história oral de fonte oral, sendo, esta, mais ampla, compreendendo as mais diversas formas de manifestações orais humanas, e delimitando aquela em uma forma estrita, dotada não apenas da intenção do pesquisador em documentar, mas de toda uma metodologia e instrumentalização:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2019, p. 15)

Obtém-se, através desta conceituação, uma clara delimitação acerca do tema *história oral*, realizado através de entrevistas, mas não significando, assim, que qualquer

entrevista constitua etapa de história oral: trata-se de atividades ligadas intimamente ao objetivo de pesquisa e, portanto, demandando o uso da metodologia científica adequada, iniciando-se pelo projeto, explicitando os objetivos, justificativa, problema, cronograma e demais elementos. A história oral existe para se conhecer as mentalidades norteadoras de determinado grupo, e sua escolha depende de fatores diversos que podem partir tanto da já citada falta de outras fontes de documentação, quanto pela visão *sob um outro “ângulo”* de determinado tema ligado a esse grupo, não detectável através da historiografia majoritária. Tratando-se de elementos técnicos, os autores associam, necessariamente, a história oral ao uso de tecnologias eletrônicas, em especial os gravadores, uma vez que a entrevista em si não encerra o trabalho: a transcrição, importante etapa na produção deste conteúdo, engloba suas próprias etapas, iniciando-se pela transcrição *ipsis litteris* do conteúdo gravado, incluindo, até mesmo informações adicionais, como ruídos e intervenções externas, desde que com importância suficiente para adentrar ao contexto da entrevista. A segunda etapa objetiva tornar mais fluído o texto, eliminando repetições, vícios de linguagem, trechos inúteis e demais elementos, a fim de tornar o documento escrito mais “*palatável*”, uma vez que, ao se alterar a forma de linguagem (neste caso, da falada à escrita), torna-se adequada a devida adaptação, a fim de não comprometer a capacidade de assimilação do leitor. Uma terceira e última etapa é defendida pelos autores, como a conversão do texto em uma narrativa contada pelo próprio entrevistado, eliminando-se, até mesmo, as perguntas, o que consideramos opcional e dependente do tipo de apresentação textual que se pretende publicar.

Faz-se necessário, ainda, abordar a questão ética: a transparência procedural é um elemento fundamental ao método da história oral: o pesquisador deve demonstrar claramente ao entrevistado os seus objetivos e torná-lo não apenas mero fornecedor de informações, mas um presente colaborador, ciente de que suas histórias serão publicadas (não necessariamente apenas sob a forma escrita) e disponibilizadas a outros pesquisadores e ao público. Para isso, o pesquisador revisita o entrevistado em etapas pré-definidas, como as de transcrição e publicação, tornando-o ciente do conteúdo gerado a partir da entrevista. Assim, ao se pesquisar o íntimo e oculto de cada grupo, este deve, também, tornar-se consumidor do produto que ajudou a gerar. O retorno ao grupo de origem é uma das máximas da história oral, sob pena de desvio de uma das suas finalidades elementares: a conservação e documentação da memória e a negação ao esquecimento, que trataremos adiante.

Acerca da publicação, etapa final de todo o processo envolvendo a história oral, pensa-se, a princípio, na disponibilização do texto escrito em suas diversas categorias mas, atualmente, após a grande revolução tecnológica iniciada pós-II Guerra Mundial e intensificada ao final do século passado, vislumbra-se facilmente o uso do material armazenado em variados formatos. O próprio áudio necessariamente deve, necessariamente, recolher-se em um arquivo público ou privado, mas pode conhecer o

mundo através da mídia *podcast*, plataformas de *streaming* ou mesmo o rádio convencional. Com a popularização e desenvolvimento dos *smartphones*, a gravação em vídeo tornou-se um atrativo e facilitado recurso, capaz de ampliar a gama de informações já colhidas pelo texto escrito, ao registrar expressões faciais e demais entonações de voz presentes no áudio, tornando ainda mais rica a experiência de se consumir o resultado da pesquisa em história oral.

Durante a pandemia de 2020, a necessidade normalizou o uso das plataformas de videoconferência on-line, possibilitando, ao pesquisador, a realização de entrevistas onde a localização física dos sujeitos abandona o papel de dificultadora. Assim, o uso do material colhido em seus três formatos elementares (escrita, áudio e vídeo) amplia horizontes e consolida a história oral como importante instrumento de preservação da memória.

Ainda sobre a questão técnico-metodológica da história oral, convencionou-se à sua subdivisão em três categorias, de acordo com os objetivos da pesquisa, conduzindo a pesquisa a lugares distintos, ainda que se utilizando o mesmo grupo de entrevistados. São elas: 1) História oral de vida; 2) História oral temática e 3) Tradição oral. Nesta última obtém-se um retrato das memórias coletivas de determinados grupos acerca de temas passados de geração a geração de forma espontânea, geralmente envolvendo o mito e costumes antigos, presentes até os tempos atuais. Aqui, distancia-se de forma mais contundente da precisão temporal, ainda que encontrando explicações acerca da própria história do grupo; Já a história oral temática trata de testemunhos. O entrevistador apresenta o tema e, a partir dele, insere o entrevistado de forma “centrípeta”, descartando e contornando temáticas definidas como “desinteressantes” à abordagem, adquirindo, inclusive, em muitos casos, o caráter de questionário. A história oral de vida, toma o rumo inverso: parte-se do universo escolhido pelo entrevistado, de forma “centrífuga”, onde o foco é a sua própria trajetória, significando abranger ou não o tema almejado pelo pesquisador. Entretanto, há, aqui, a vantagem de se traçar uma rica genealogia da relação entre o entrevistado e qualquer dos temas em que toque, mostrando-se, não raro, como uma experiência de entrevista mais longa que a história oral temática, muitas vezes demandando entrevistas extras, mas consideravelmente mais completa.

Percebe-se, então ser, a história oral, um conjunto de procedimentos estritamente técnicos com objetivo de documentação através da manifestação da memória expressa no momento da entrevista, sob a forma da linguagem falada, eliminando, suficientemente, qualquer movimento no sentido de se confundir, por exemplo, mera entrevista ou depoimento gravado com o instituto aqui abordado. A história oral é um dos principais instrumentos acadêmicos para o “*combate*” ao risco do esquecimento, uma vez que atua com objetivos claros e pré-definidos, seguindo uma metodologia robusta, cuidadosa e séria, facilmente perceptível quando abordada adequadamente, livre dos antigos preconceitos historiográficos já não admissíveis em pleno século XXI:

O renascimento da história oral nos anos 70, na Grã-Bretanha e na Austrália, foi profundamente influenciado pelas críticas dos historiadores documentalistas tradicionais. O principal alvo dessas críticas era a memória não ser confiável como fonte histórica, porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos do entrevistador e do entrevistado e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado. Por trás dessas críticas estava a preocupação de que a democratização do ofício de historiador fosse facilitada pelos grupos de história oral, além do menosprezo pela aparente *discriminação* da história oral em favor das mulheres, dos trabalhadores e das comunidades minoritárias. (THOMSON *in*: FERREIRA; AMADO, 2006, p. 66)

A história oral, entretanto, não constitui uma ciência independente, mas revela-se fundamental instrumento metodológico a serviço das ciências interessadas à(s) problemática(s) da memória. Muitas vezes sua importância mostra-se tamanha a ponto de haver automáticas associações, como memória e história oral ou história da memória e história oral. Passemos, então, da parte técnica à relação subjetiva entre essas temáticas.

3 I HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA

Durante a nossa pesquisa sobre a cena do *rock* independente em Vitória da Conquista-BA (MENDES, 2022), antes da realização das gravações, ouvimos, em uma considerável quantidade de vezes, ao longo das quatorze entrevistas executadas, frases neste sentido: “minha memória não é boa. Não sei se poderei ajudar muito”. A (boa) intenção em colaborar logo demonstrava seu primeiro aspecto “negativo” (apesar de não ser exatamente este o termo adequado) e, ao mesmo tempo, interessante: a incerteza acerca de fatos ocorridos em tempos remotos por trazerem, os entrevistados, a ideia conceitual da memória apenas em seu aspecto fisiológico: o do simples “acessar” de dados armazenados no cérebro, objeto da neurologia. Entretanto, os resultados dos trabalhos mostraram um interessante (e contraditório) quadro: essas pessoas entregaram histórias complexas, ricas e longas, fornecendo material mais que suficiente para a formação e demonstração das “*redes*” propostas por Meihy e Holanda, onde um grupo de pessoas com características em comum, inseridas em grupos maiores e mais generalistas (“*colônia*” e “*comunidade de destino*”) evocam memórias em comum, oferecendo, até mesmo, a segurança factual verificável. Isto se fez possível através da escolha da história oral de vida como tipo adequado. O entrevistado era abordado, inicialmente, com perguntas sobre sua data e local de nascimento e fatos marcantes da infância, para, então, avançar ao tempo cronológico de acordo com as próprias escolhas. As memórias, interligadas, surgiam através de “*gatilhos*”, representados por Halbwachs como *quadros temporais*:

Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo não nos lembrando da data exata, há entretanto todo um quadro de dados temporais aos quais essa lembrança está de qualquer maneira relacionada: foi antes ou depois da guerra, eu era criança, jovem, ou homem feito, na pujança da idade; eu estava com tal amigo que era mais ou menos velho; em que estação

estávamos; eu preparava tal trabalho; aconteceu tal coisa. É graças a uma série de reflexões desse gênero que com muita frequência uma lembrança toma corpo e se completa. Se subsiste, entretanto, uma incerteza sobre o período onde o acontecimento teve lugar, pelo menos não se trata daqueles outros períodos em que se situam outras lembranças: é ainda uma maneira de localizá-lo. [...] Então, é menos o tempo do que o quadro espacial [...] que intervém principalmente. Mas, se se trata de um acontecimento de minha vida familiar, de minha vida profissional, ou que aconteceu em um dos grupos aos quais meu pensamento se reporta com maior frequência, será talvez o quadro temporal que me ajudará melhor a dele me lembrar. (HALBWACHS, 1990, p. 101)

Assim, percebe-se claramente o potencial prático da história oral dentro do contexto de estudos sobre a memória, funcionando como verdadeiro laboratório prático-teórico. Obviamente, nada disto seria possível sem o intermédio da linguagem.

Se a história oral funciona como um instrumento de captura de dados relacionados à memória individual, a linguagem é o veículo através do qual a memória se materializa sob a forma de relatos. A fala expressa e traduz o emaranhado de pensamentos convertido em uma codificação inteligível e comum ao mundo exterior que, por sua vez, através, por exemplo, da história oral, após a captura dessa manifestação por intermédio do uso do gravador e da câmera, gerando arquivos que serão assimilados pelo pesquisador, converte-os à linguagem escrita. Logo, chega-se à conclusão de ser, a linguagem, elemento fundamental à memória, no sentido de que, sem ela, o sujeito tanto não é capaz de assimilar elementos do ambiente, desligando-se da memória coletiva, quanto não é capaz de externar seu ângulo de visão acerca do mundo. Assim, compromete-se fundamentalmente conceitos como memória e identidade:

Sem dúvida, uma vez que eu percebo objetos exteriores, posso supor que toda a sua realidade se esgota na percepção que deles formo. O que está dentro da duração, não são os objetos, mas meu pensamento que os representa para mim, e então não saio de mim mesmo. É diferente de quando uma forma humana, uma voz, um gesto, revelam-me a presença de outro pensamento que não é o meu. Então, eu teria em meu espírito a representação de um objeto de dois pontos de vista, o meu, e o de um outro diferente de mim, que tem, como eu, uma consciência, e que dura. Mas como isto seria possível, se estou encerrado em minha consciência, se não posso sair de minha duração? (HALBWACHS, 1990, p. 97)

Identidade, conceito amplo, complexo e tão caro a inúmeros grupos sociais, não seria possível na ausência da memória: é a memória coletiva que delimita as diferenças elementares entre um e outro grupo, incluindo seus mitos, seus costumes, histórias, o espaço em que ocupa. Tudo o que é socialmente sólido (inclusive a não-solidez) o é graças à memória. A história oral, ao fim das contas, direciona-se a capturar fragmentos de identidades e impede que se rendam ao esquecimento. Ao documentar esses fragmentos, convertendo-os à linguagem escrita, tradicionalmente compreendida como a mais aceitável e estável, tem-se início o longo dilema entre memória e história: onde se situa o limite entre elas? Existe esse limite?

Ao situarem a memória simultaneamente como fonte de alternativas e resistências vernaculares ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, os historiadores fizeram muito mais do que simplesmente incorporar a memória à sua coleção de ferramentas, fontes, métodos e abordagens. A própria memória coletiva vem se convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensões, como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada. (FRISCH *in: FERREIRA; AMADO, 2006, p. 77*)

Assim como o trabalho do historiador deve ser sempre distanciado de uma ideia de isenção, uma vez que, por mais que um documento histórico de época constitua-se em um “monumento” interpretado por um pesquisador no tempo presente, a memória torna-se confiável justamente por não reunir em si uma reconstituição fiel do passado, mas uma leitura do passado desde o tempo presente. A visão do entrevistado sobre determinado evento realizado tempos atrás jamais será a mesma da que teve à época. Um exemplo clássico é o do livro *O Pequeno Príncipe*, do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry: por ser uma obra não-densa, com páginas repletas de figuras, pode facilmente ser assimilado por uma criança, que criará determinada gama conceitual acerca daquela publicação. Ao se entregá-la à mesma pessoa, à fase da puberdade, certamente, ao ser perguntada, demonstrará nova carga conceitual e o mesmo acontecerá durante a fase adulta, sobretudo após o advento da paternidade/maternidade ou de um maior conhecimento sobre a biografia do autor. Assim, muitas vezes, é possível testemunhar o momento de surpresa do entrevistado ao revisitar um tema tido como esquecido: a experiência de vida altera constantemente a visão de mundo, sobretudo a visão sobre a própria trajetória. Um historiador de 2050 poderá, a seu tempo, tanto analisar o rock independente em Vitória da Conquista no início dos anos 2000 partindo de documentos oficiais, cartazes, jornais e panfletos quanto analisar o resultado da nossa pesquisa, realizada durante a primeira metade da década de 2020, percebendo impressões diferentes acerca daquele período e isso, inclusive, poderá ser feito por nós mesmos, inevitavelmente revelando mudanças de abordagem e de hierarquização de importância a determinados temas. Isso porque a memória é tão viva quanto os grupos a qual acompanha, incluindo os que decidem estudá-la: sempre há motivos importantes relacionados ao exercício da recordação, fenômeno que demanda esforço e vontade que refletem elementos-chave no envolvimento dos seus sujeitos.

[...] a questão ritual das diferenças entre história e memória parece agora um tanto ultrapassada. Primeiro porque é hoje pacífico (ou assim esperamos) que opor de um lado a reconstrução historiográfica do passado, com seus métodos, sua distância, sua pretensa científicidade, e de outro as reconstruções múltiplas feitas pelos indivíduos ou grupos faz tão pouco sentido quanto opor o *mito à realidade*. [...] O próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória

tem uma história que é preciso compreender. Além disso, [...] nenhuma história da memória pode furtar-se a uma análise historiográfica, isto é, a uma análise de um dos vetores particulares da memória coletiva que é a história erudita (a dos historiadores): um dos problemas da história da memória é justamente a discrepância entre o que essa história erudita possa dizer de um acontecimento passado e as percepções que prevaleçam no mesmo momento no seio de uma sociedade, num tempo e num local determinados, e que certamente têm peso infinitamente maior. (ROUSSO *in: FERREIRA; AMADO*, 2006, p. 97)

Assim, a memória revela-se como uma reconstrução do passado de forma seletiva, conscientemente ou não, enfatizando determinados aspectos e ocultando outros, de acordo com fatores diversos: traumas, orgulhos, mágoas, nostalgia, vergonha e toda a grande carta de sentimentos inerentes a qualquer ser humano. O esquecimento, inclusive, pode ser revelador, ao apontar elementos considerados não-importantes pelo grupo ou incômodos demais para serem revisitados, como se verificou ao fim da II Guerra Mundial com ex-prisioneiros de campos de concentração, vítimas de incomensuráveis abusos, conservando, até o fim da vida, imensos e dolorosos traumas individuais e comunitários (PORTELLI, 2006). Muitas vezes o esquecimento pode significar descaso mas, também, a força necessária para seguir adiante. Voltamos, neste ponto, à questão da ética na história oral: o bem-estar do entrevistado deve ser a máxima da pesquisa, não sendo aceitável a perturbação da paz de um grupo ou indivíduo em nome da obtenção de relatos. A ciência deve seguir parâmetros de respeito à dignidade humana, ainda que isto signifique não alcançar certos objetivos. Neste caso, torna-se claro que a preservação daquela memória específica não é imprescindível, sendo esta dispensável por uma justificativa plausível e este fato pode ser tratado como um dado acerca do tema.

O esquecimento, em um contexto onde a memória atua como elemento crucial de pertencimento (a um grupo, a uma comunidade, uma família ou uma nação, em seu sentido amplo) e identidade, é antagônico aos objetivos da história oral: seu significado é tamanho que, na Idade Média, foi utilizado, pela Igreja, inclusive, como instrumento de banimento, demonstrando a sua associação ao mais alto grau de desonra:

Ao lado do esquecimento, havia, por vezes, para os indignos, a irradiação dos livros de memória. A excomunhão, nomeadamente, arrastava essa *damnatio memoriae* cristã. Sobre um excomungado, o sínodo de Reisbach, em 798, declara: “Que depois da sua morte nada seja escrito em sua memória”; e o sínodo de Elna, em 1027, decreta a propósito de outros condenados: “E que os seus nomes não estejam mais no altar sagrado entre os dos fiéis mortos”. (LE GOFF, 2013, p. 409-10)

Assim, evidencia-se a importância da história oral como ferramenta contra o esquecimento e, aqui, torna-se mais clara a ligação entre esta técnica e a história dos excluídos, distanciados da “memória nacional”, a história oficial. Grupos étnicos historicamente mantidos à margem dos holofotes sociais, vítimas de abusos ou, até mesmo, grupos presentes à sociedade urbana, mas ignorados ou de cuja importância

social é subestimada, como jovens de camiseta preta e *piercing*, com um gênero musical estrangeiro como principal elo simbólico identitário em comum, são pouco abordados pela documentação escrita, como se verifica nas pautas dos veículos de comunicação em massa. Muitos compreendem a importância de seus nichos mas, entretidos pelo dia-a-dia e o descaso a eles usualmente reservado, não se preocupam, salvo exceções pontuais, com a preservação da memória coletiva, enfraquecendo os quadros sociais fundamentais ao não-esquecimento.

[...] a memória individual, enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças? De modo algum. Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

É tarefa impossível ao pesquisador, obviamente, preservar toda a complexidade presente na memória coletiva de um grupo. Como já foi dito, o esquecimento nunca se dá sem consistente motivação. É justamente durante a prática da história oral que se torna possível detectar os aspectos de cuja própria comunidade deseja preservar, ou simplesmente não seriam citados. O pesquisador atua, nesse caso, como catalisador do conhecimento externado através da linguagem, interagindo com o entrevistado, incentivando-o e buscando formas de fazê-lo sentir-se seguro para expressar-se o mais próximo possível da naturalidade. O pesquisador atento é capaz de perceber, nas nuances e entrelinhas da entrevista, quando surgem informações inconvenientes que, talvez, corram o risco do esquecimento proposital. Gestos, resistências a concluir determinadas falas, interrupções, a interferência de terceiros e outros fatores trazem em si informações valiosas, cabendo ao entrevistador, observando aos princípios éticos, decidir investir ou não nesses caminhos. A difícil, mas prazerosa tarefa de incentivar o exercício da recordação com o objetivo de desvendar e documentar memórias através do(s) método(s) da história oral, muitas vezes constitui a última esperança de não-esquecimento de muitos grupos, inclusive quando estes ainda correm perigo real de qualquer tipo de opressão. Nestes casos, é comum o uso do silêncio como autoproteção, causado pelo medo em relação a si e aos demais membros do grupo.

4 | CONCLUSÃO

[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de *sub-homens*, o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de *memória enquadrada* que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais. É como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado. (POLLAK, 1989, p.12)

Encerrando esta breve abordagem com o simples objetivo de se apresentar alguns principais temas da memória e sua aplicação prática através da história oral, poderia, o leitor, perguntar-se: “por que documentar a memória?” Ora, como já foi dito, sem memória não há identidade, não há autoconhecimento e, assim, abre-se espaço para toda a sorte de abusos e violências. “Infelizmente”, é preciso se render, nesse sentido, à tendência tradicionalista da historiografia em documentar ao máximo, sobretudo em linguagem escrita. Aqui, verificamos, ainda, o desenvolvimento da utilização de outros importantes formatos, o áudio e o vídeo, porém igualmente vulneráveis à deterioração pelo tempo e intempéries. Incontáveis foram os grupos sociais que desapareceram deixando, como rastros, poucos elementos capazes de nos dar alguma pista sobre sua organização social, costumes e dilemas. A história oral toma para si grande responsabilidade ao partir de encontro a nichos geralmente ignorados ou, ao menos, pouco valorizados pela grande mídia ou mesmo setores acadêmicos. Voltando-se à nossa pesquisa, percebemos haver apenas em uma minoria o interesse pela preservação da memória e de lugares de memória. Mesmo verificando-se intensa atividade na cena rock independente de Vitória da Conquista em determinados períodos, sobretudo pré-2010, pouco restou quanto documento, mas esses tempos ainda vivem no imaginário dos que fizeram parte das *redes* e da *comunidade de destino*, porém, muitos não se enxergam mais como membros e seguiram suas vidas adentrando em outros contextos e grupos. Aí reside a raiz do esquecimento: se as pessoas não mais se sentem pertencentes e não mais interagem, a ação do tempo mostra sua capacidade implacável de apagar a memória coletiva.

Assim, compreendemos que a memória não deve ser posta de forma hierarquicamente inferior em relação à história: ambas possuem pontos adequados a determinados objetos e lutam contra o esquecimento, com o objetivo de contribuir ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e consciente, utilizando o conhecimento fornecido pela memória como alicerce a princípios fundamentais basilares da democracia, presentes, inclusive em nosso ordenamento jurídico, tais como a autodeterminação dos povos, a dignidade da pessoa humana, o respeito às diferenças, o repúdio ao preconceito e a igualdade de

todos enquanto cidadãos. O imaginário popular diz: “um povo sem memória tende a ser explorado repetidas vezes”. Acrescentamos ainda: “um povo sem memória torna-se incapaz até mesmo de saber quem é, como um barco à deriva: sem rumo, sem ponto de partida e ponto de chegada, apenas aguardando o perecimento total sob o sol”.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína [Org.]. **Usos & abusos da história oral.** 8^a Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-192.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína [Org.]. **Usos & abusos da história oral.** 8^a Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 3-14.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História & memória.** Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7^a ed. rev. Campinas: Unicamp, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabiola. **História oral:** como fazer, como pensar. 2. ed., 7^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

MENDES, Plácido Oliveira. **A vez dos camisas pretas:** memória, formação e consolidação da cena rock de Vitória da Conquista-BA. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História.** Vol. 10 [1993]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 01 dez. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução: Dora Rocha Flaksman. In: **Estudos Históricos.** Vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 01 dez. 2020.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína [Org.]. **Usos & abusos da história oral.** 8^a Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 103-130.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína [Org.]. **Usos & abusos da história oral.** 8^a Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 93-102.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína [Org.]. **Usos & abusos da história oral.** 8^a Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 65-92.